



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**Relatório da visita
do Grupo de Trabalho da Educação Especial ao
Agrupamento de Escolas Terras de Laru**

14.maio.2012



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Objetivo da visita

Levantamento dos principais problemas e das dificuldades com que se debate a escola, bem como das experiências em curso, no sentido de se proceder à avaliação da legislação aprovada em 2008, na área da Educação Especial.

Programa

- 10h45** Receção e sessão de boas-vindas (Auditório)
11h20 Visita às instalações da Escola EB 2,3 da Cruz de Pau (8º A - Sala de Informática, 6º D – Sala 34, Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência)
12h00 Reunião com a comunidade educativa (Centro de Recursos)

Delegação:

Deputada Margarida Almeida	- Coordenadora
Deputada Conceição Caldeira	- PSD
Deputada Inês Teotónio Pereira	- CDS-PP
Deputada Rita Rato	- PCP
Deputada Ana Drago	- BE

Síntese da visita

O diretor do [Agrupamento de Escolas Terras de Larus](#) começou por fazer uma breve apresentação do Agrupamento, que integra as seguintes escolas: Escola Básica 1/JI Quinta das Sementes, Escola Básica 1/JI Quinta de Santo António, Escola Básica 1/JI Foros de Amora, Escola Básica 1 da Cruz de Pau e Escola Básica 2,3 da Cruz de Pau.

O Agrupamento possui duas escolas de referência para o ensino bilingue de alunos surdos (EREBAS), que atendem todos os alunos surdos do distrito de Setúbal que se encontram abrangidos pela escolaridade obrigatória: a Escola Básica 1/JI Quinta de Santo António e a Escola Básica 2,3 da Cruz de Pau. Tem ainda uma Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do espectro do Autismo (UEEEAPEA) e uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência (UAEEAM).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Agrupamento conta, no presente ano letivo, com 1502 alunos, sendo 803 do pré-escolar e do 1º ciclo e 699 do 2º e 3º ciclo. 134 são alunos com necessidades educativas especiais, 113 tem plano de acompanhamento e 33 são alunos com Português Língua Não Materna.

Em relação ao pessoal docente e não docente, dos 177 professores, 32 são da área da Educação Especial e a escola conta com 52 funcionários não docentes.

O diretor referiu-se às metas e à missão da escola, que pretende ser de excelência na promoção do sucesso educativo e no âmbito da inclusão e da não exclusão, fazendo alusão às medidas levadas a cabo no sentido da paz e do bem-estar (ver [projeto educativo](#)). Referiu-se também aos parceiros e ao apoio que têm dado na melhoria e na criação de infraestruturas e aquisição de equipamento.

Em relação à oferta formativa, a escola oferece Cursos de Educação e Formação (CEF), Percursos Curriculares Alternativos (PCA), Escola de Referência para ao Ensino Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS), Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro de Autismo (UEEEAPEA) e Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência (UAEEAM).

Após a visita às instalações, realizou-se uma reunião com a comunidade educativa, que contou com a presença da vereadora da Educação da Câmara Municipal do Seixal, do Presidente da Junta de Freguesia da Amora, do Presidente do Conselho Geral, bem como de professores e técnicos da área da Educação Especial.

O diretor do Agrupamento apresentou alguns dos constrangimentos com que se debate esta escola, em especial na área da Educação Especial, dos quais se destacam:

- Dificuldades ao nível das acessibilidades;
- Ausência de pavilhão para a Educação Especial;
- Escassez de meios, que não permite continuar a desenvolver, com dignidade, o trabalho iniciado;
- Necessidade de oferecer respostas educativas aos alunos que prosseguem os seus estudos para o secundário, por via do alargamento da escolaridade obrigatória e receio de integração num mega agrupamento, que não permitirá dar respostas adequadas.

O Coordenador da Educação Especial fez uma breve contextualização histórica da Educação Especial no Agrupamento, cujo início data de 1979, referindo-se às várias experiências desenvolvidas desde então. Apontou, de seguida, algumas das fragilidades nesta área:

- Escassez de professores e técnicos de apoio à Educação Especial;
- Falta de meios, contando a escola com o apoio dos parceiros, especialmente, da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia e de algumas empresas e associações;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) é um instrumento clínico, não aferido nem validado, demasiado hermético, e que não permite efetuar um diagnóstico funcional sério;
- A coordenação dos Programas Educativos Individuais (PEI) não deve ser competência dos diretores de turma, devendo ser remetida para a Educação Especial;
- A legislação deve consignar a definição de critérios para a constituição e funcionamento das turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais, evitando a publicação sistemática e por vezes tardia de portarias;
- Necessidade de atualizar o Decreto-Lei nº 3/2008, no que se refere à elaboração dos Planos Individuais de Transição a partir do 10º ano;
- Em relação aos Currículos Específicos Individuais, sugeriram que as escolas de referências assegurem a continuidade e a certificação dos alunos, de forma a acautelar a sua situação profissional, social e familiar;
- Necessidade de continuidade pedagógica dos intérpretes, psicólogos e terapeutas;
- Necessidade de harmonização e uniformização de procedimentos, processos e práticas, a nível nacional e necessidade de rever as habilitações para a docência.

A Deputada Margarida Almeida (Coordenadora) fez uma breve contextualização do âmbito e objetivos da visita e felicitou a direção da escola e toda a comunidade educativa pelo empenho e trabalho que vêm desenvolvendo. Referiu-se, de seguida, à situação dos alunos com dificuldades de aprendizagem, aos problemas decorrentes do alargamento da escolaridade obrigatória, à abertura da escola à comunidade, à agregação das escolas, à introdução da Língua Gestual Portuguesa a toda a comunidade e à colocação tardia dos técnicos.

A Deputada Rita Rato (PCP) defendeu a necessidade de as escolas disporem de condições, materiais e humanas, para responderem às necessidades dos seus alunos e referiu-se ainda à redução de custos na área da Educação, à previsível redução do número de professores nas escolas, num momento em que se prevê um aumento do número de alunos, por força do alargamento da escolaridade obrigatória, e ainda à agregação de escolas e à colocação tardia dos técnicos.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) fez referência à importância da otimização dos recursos e do trabalho em rede, que se verifica nesta escola, à necessidade de revisão da CIF, à intervenção precoce e à necessidade de acautelar as competências funcionais dos alunos no momento em que abandonam a escola.

A Deputada Ana Drago (BE) sublinhou a importância de os Deputados perceberem como é aplicada a legislação no terreno, razão que motivou esta visita. Questionou ainda sobre a forma como a escola responde às necessidades dos alunos que se encontram fora do âmbito da legislação. Por último, referiu-se à necessidade de substituir a CIF por outro tipo de instrumento de sinalização e ao interesse na continuidade pedagógica, quer dos docentes, quer dos técnicos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Deputada Conceição Caldeira (PSD) congratulou-se com a forma como o órgão de gestão encara a questão da Educação Especial: apesar das dificuldades, procura respostas e não fica à espera que os meios cheguem.

O Presidente do Conselho Geral afirmou que o que distingue este agrupamento é a heterogeneidade da sua comunidade educativa, quer em termos de capacidades e necessidades dos alunos, quer em termos de origem. Considerou ainda fundamental assegurar igualdade de oportunidades para todos, no início do ano letivo, e não apenas de outubro a junho e fez referência às dificuldades ao nível das acessibilidades. Por último, chamou a atenção para a necessidade da continuidade pedagógica dos docentes e dos técnicos e para a importância de serem dadas condições dignas de trabalho, evitando respostas precárias aos alunos com necessidades educativas especiais.

A Vereadora da Câmara do Seixal reconheceu a importância de se conhecerem as dificuldades no terreno e afirmou que a escola pública ainda trata com diferença os alunos com necessidades educativas especiais, concretizando com o caso daquele agrupamento, em que as salas de multideficiência só foram possíveis porque a Câmara Municipal contribuiu para a aquisição do equipamento, em que a viatura adaptada foi facultada pela Câmara, em que os projetos de inclusão só são viáveis devido ao investimento da autarquia. Referiu-se ainda à Lei dos Compromissos, considerando que asfixia o poder local.

O Presidente da Junta de Freguesia da Amora elogiou o trabalho de grande qualidade que tem sido realizado naquela escola, que não foi pensada para este tipo de alunos, lembrando as poucas competências da Junta nesta área, permitindo-lhe apenas participar em alguns projetos. Manifestou-se ainda preocupado com a constituição de mega agrupamentos, sobretudo pelos critérios utilizados na agregação das escolas.

Em jeito de conclusão, o diretor referiu-se ao esforço que tem sido feito no sentido da estabilidade do corpo docente e da manutenção dos professores contratados no agrupamento, pese embora receie o próximo ano letivo e a provável redução de docentes.

A Vice-Presidente do Agrupamento esclareceu que os alunos com necessidades educativas especiais, que não se integram no âmbito do Decreto-Lei nº 3/2008, são encaminhados para o apoio pedagógico acrescido a Português, Matemática e Inglês e para as tutorias.

Mais informação sobre esta visita pode ser consultada na [página do Grupo de Trabalho](#), na Internet.